



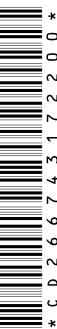
## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026 (Da Sra. Caroline De Toni)

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre o prejuízo de R\$ 8,5 bilhões registrado pelos Correios em 2025, suas causas, responsabilidades administrativas, medidas de saneamento e impactos fiscais, operacionais e sociais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações detalhadas sobre a situação econômico-financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, especialmente em relação ao prejuízo de R\$ 8,5 bilhões apurado em 2025, valor mais de três vezes superior ao prejuízo registrado em 2024, conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional:

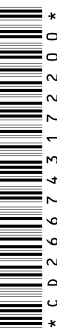
- 1) Quais foram, de forma discriminada, as causas contábeis, financeiras, operacionais, administrativas e judiciais que levaram os Correios a registrar prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025?
- 2) Qual foi a participação, em valores absolutos e percentuais, de cada fator no resultado negativo de 2025, incluindo: queda de receita, aumento de custos operacionais, despesas com pessoal, despesas com fornecedores, passivos judiciais, precatórios, provisões contábeis, encargos financeiros, dívidas bancárias, despesas administrativas e eventuais perdas extraordinárias?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

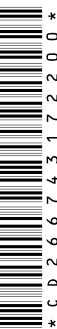
- 3) Considerando que o prejuízo passou de R\$ 2,6 bilhões em 2024 para R\$ 8,5 bilhões em 2025, quais fatores explicam especificamente essa ampliação superior a três vezes em apenas um exercício?
- 4) Quais decisões administrativas, contratuais, financeiras ou operacionais adotadas entre 2023 e 2025 contribuíram direta ou indiretamente para o agravamento do resultado econômico da estatal?
- 5) Houve alertas internos, auditorias, pareceres técnicos, manifestações da área financeira, da área de riscos, da auditoria interna, do conselho fiscal ou do conselho de administração indicando deterioração da situação econômico-financeira dos Correios antes da divulgação do balanço de 2025?
- 6) Em caso positivo, quais providências foram efetivamente adotadas pela administração da empresa e pelo Ministério supervisor diante desses alertas?
- 7) Qual foi a evolução anual, entre 2018 e 2025, da receita bruta, receita líquida, despesas operacionais, despesas com pessoal, despesas administrativas, despesas judiciais, resultado operacional, resultado líquido, dívida total, patrimônio líquido e fluxo de caixa dos Correios?
- 8) Qual foi a evolução do patrimônio líquido da empresa entre 2018 e 2025, e quais fatores levaram ao encerramento de 2025 com patrimônio líquido negativo informado em notícias recentes?
- 9) Qual é a composição detalhada do passivo judicial dos Correios, com separação por natureza da ação, especialmente trabalhista, cível, tributária, previdenciária, consumerista e contratual?
- 10) Qual o valor total das provisões para obrigações judiciais contabilizadas em 2025, qual a metodologia utilizada para sua estimativa e quais foram os principais processos ou grupos de processos responsáveis pelo aumento dessas provisões?
- 11) Considerando que os processos judiciais teriam custado R\$ 6,4 bilhões em 2025, com alta de 55,12% em relação a 2024, quais ações concretas estão sendo adotadas para reduzir a litigiosidade, prevenir novas condenações e responsabilizar eventuais falhas administrativas recorrentes?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

- 12)** Qual é o valor atualizado dos precatórios, requisições judiciais, depósitos judiciais, provisões e demais obrigações judiciais relacionadas aos Correios?
- 13)** Houve bloqueio, vinculação, retenção ou comprometimento de receitas dos Correios para garantia de pagamento a bancos, credores financeiros ou obrigações judiciais? Em caso positivo, detalhar valores, fundamentos jurídicos, contratos, garantias envolvidas e impactos sobre o fluxo de caixa da empresa.
- 14)** Quais instituições financeiras públicas e privadas participaram da operação de crédito de aproximadamente R\$ 12 bilhões contratada pelos Correios no final de 2025?
- a) Quais foram as condições dessa operação de crédito, incluindo valor por instituição, taxa de juros, prazo, garantias, carência, encargos, vinculação de receitas e custos acessórios?
- b) Houve participação de bancos públicos federais nessa operação? Em caso positivo, quais critérios técnicos justificaram a concessão de crédito a uma empresa com prejuízo bilionário e patrimônio líquido negativo?
- 15)** O Tesouro Nacional, a União, o Ministério das Comunicações ou qualquer outro órgão público prestaram garantia, aval, fiança, carta de conforto, compromisso financeiro ou qualquer forma de suporte direto ou indireto à operação de crédito?
- 16)** Existe risco de que o prejuízo dos Correios, suas dívidas, seus passivos judiciais ou suas obrigações financeiras venham a exigir aporte da União, socorro fiscal, aumento de capital, subvenção, garantia pública ou qualquer medida com impacto direto ou indireto sobre o contribuinte?
- 17)** Quais medidas concretas estão sendo adotadas para assegurar que o desequilíbrio financeiro da estatal não resulte em transferência de custos ao cidadão, seja por aumento tarifário, deterioração dos serviços, endividamento público ou necessidade de aporte de recursos federais?
- 18)** Qual foi a evolução das tarifas, preços e receitas por tipo de serviço prestado pelos Correios entre 2018 e 2025, especialmente nos

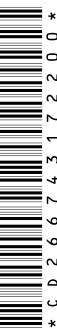




**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

segmentos de cartas, encomendas, logística, serviços digitais, contratos corporativos e atendimento ao comércio eletrônico?

- 19)** Quais segmentos dos Correios apresentaram maior queda de receita em 2025 e quais apresentaram maior crescimento?
- 20)** Quais contratos relevantes foram perdidos, reduzidos, renegociados ou encerrados entre 2023 e 2025, especialmente no setor de comércio eletrônico e logística?
- 21)** A empresa realizou diagnóstico sobre perda de competitividade no mercado de encomendas e logística? Em caso positivo, encaminhar o estudo, com indicação das providências adotadas.
- 22)** Quais foram os impactos da chamada “desmaterialização da carta” sobre a receita dos Correios e quais medidas foram adotadas para adaptar a estatal à transformação digital e à concorrência logística?
- 23)** Qual foi a evolução do quadro de empregados dos Correios entre 2018 e 2025, com discriminação por cargos, funções, unidades da federação, aposentadorias, admissões, desligamentos, terceirizações e programas de demissão voluntária?
- 24)** Quais foram os custos totais dos programas de demissão voluntária realizados em 2024, 2025 e 2026, qual era a meta de adesão, quantos empregados aderiram efetivamente e qual economia anual projetada?
- 25)** Considerando que a adesão ao PDV ficou abaixo da expectativa inicial, quais efeitos essa baixa adesão produziu sobre o plano de reestruturação financeira da empresa?
- 26)** Quais agências, unidades operacionais, centros de distribuição, imóveis administrativos ou estruturas físicas foram fechados, desativados, fundidos ou colocados à venda desde 2023?
  - a) Quais critérios técnicos foram utilizados para a decisão de fechamento de agências e venda de imóveis, especialmente em municípios pequenos, regiões remotas ou áreas de menor atratividade comercial?
  - b) O fechamento de unidades ou a redução de estruturas poderá comprometer a universalização dos serviços postais, especialmente para

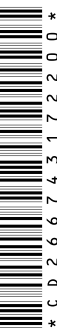




**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

a população de menor renda, pequenos municípios, áreas rurais e regiões menos atendidas pela iniciativa privada?

- 27)**Quais imóveis dos Correios estão sendo alienados ou preparados para alienação, qual o valor estimado de mercado, qual a destinação dos recursos e quais controles foram adotados para evitar venda subavaliada de patrimônio público?
- 28)**Quais fornecedores dos Correios estavam com pagamentos em atraso em 2024 e 2025, quais valores eram devidos, quais contratos foram afetados e quais impactos operacionais decorreram desses atrasos?
- 29)**Houve interrupção, redução de qualidade, atraso relevante de entregas, suspensão de contratos, greves, inadimplemento contratual ou aplicação de multas decorrentes da crise financeira da empresa?
- 30)**Quais indicadores de qualidade dos serviços dos Correios pioraram entre 2023 e 2025, incluindo prazo de entrega, extravios, reclamações de consumidores, indenizações, judicialização e cumprimento de metas regulatórias?
- 31)**Quais auditorias internas, externas, governamentais ou independentes foram realizadas sobre a crise financeira dos Correios desde 2023? Encaminhar cópia integral dos relatórios, recomendações e planos de ação.
- 32)**O Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ou qualquer outro órgão de controle foi formalmente comunicado sobre a deterioração financeira da empresa?
- 33)**Foram identificadas falhas de governança, erros de planejamento, decisões antieconômicas, contratos deficitários, despesas sem adequada justificativa, omissões administrativas ou atos potencialmente lesivos ao patrimônio da empresa?
- 34)**Quais dirigentes, conselheiros e gestores participaram das decisões estratégicas relacionadas ao endividamento, reestruturação, provisões judiciais, venda de imóveis, fechamento de unidades e renegociação de dívidas?



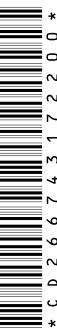


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

Apresentação: 24/04/2026 13:35:40.027 - Mesa

RIC n.1001/2026

- 35)** Existe apuração interna de responsabilidade por atos de gestão que tenham contribuído para o agravamento do prejuízo dos Correios? Em caso positivo, informar o estágio, objeto e responsáveis pela apuração.
- 36)** Qual é o plano completo de reestruturação financeira dos Correios, com metas, prazos, indicadores, premissas econômicas, projeções de resultado, economia esperada e riscos de execução?
- a) Qual é a previsão oficial para retorno ao equilíbrio operacional e ao lucro líquido, e quais premissas sustentam essa projeção?
- b) Caso as metas de reestruturação não sejam alcançadas, quais medidas alternativas estão previstas para impedir nova ampliação do prejuízo e eventual transferência do custo da má gestão para a sociedade?
- c) Encaminhar cópia integral dos balanços, demonstrações financeiras, notas explicativas, pareceres de auditoria, atas do conselho de administração, atas do conselho fiscal e documentos técnicos que fundamentaram a divulgação do resultado de 2025.
- d) Encaminhar cópia dos contratos, aditivos e instrumentos de garantia relativos à operação de crédito de R\$ 12 bilhões, bem como dos documentos que demonstrem a aprovação interna e externa da contratação.
- e) Encaminhar relatório consolidado com todas as medidas adotadas pelo Ministério das Comunicações para supervisionar, fiscalizar e cobrar a recuperação econômico-financeira dos Correios.
- 37)** Quais foram todos os patrocínios concedidos pelos Correios entre 2023 e 2025, com detalhamento por: evento, entidade beneficiária, objeto do patrocínio, valor individual, data da contratação e área responsável pela aprovação?
- a) Qual foi o valor total anual gasto com patrocínios nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, e qual a participação desses valores no total das despesas da empresa em cada ano?
- b) Quais critérios técnicos, econômicos e institucionais foram utilizados para a seleção dos eventos, projetos e entidades patrocinadas pelos Correios nesse período?

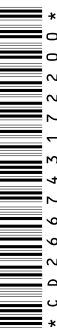


\* C D 2 6 6 7 4 3 1 7 2 2 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

- c) Quais áreas internas da empresa participaram do processo de análise, aprovação e acompanhamento dos patrocínios realizados?
- d) Foram elaborados estudos prévios de viabilidade, retorno institucional, retorno financeiro ou impacto reputacional antes da aprovação de cada patrocínio? Em caso positivo, encaminhar cópia dos estudos.
- e) Quais indicadores de desempenho foram definidos para mensurar o retorno dos patrocínios realizados, incluindo métricas de visibilidade, incremento de receita, ampliação de mercado, fortalecimento de marca ou melhoria de imagem institucional?
- f) Qual foi o retorno efetivamente apurado para cada patrocínio concedido entre 2023 e 2025, com base nos indicadores definidos previamente?
- g) Houve patrocínios concedidos a eventos, entidades ou iniciativas sem relação direta com as atividades finalísticas dos Correios? Em caso positivo, justificar tecnicamente cada caso.
- h) Foram realizados patrocínios em contextos de prejuízo operacional da empresa? Em caso afirmativo, quais fundamentos justificaram a manutenção ou ampliação dessas despesas diante do cenário financeiro negativo?
- i) Houve priorização de patrocínios em detrimento de investimentos operacionais, logísticos ou de modernização da empresa? Em caso positivo, detalhar as decisões e seus responsáveis.
- 38) Qual foi o valor total gasto com publicidade institucional, campanhas de comunicação, marketing e promoção de marca entre 2023 e 2025?**
- a) Quais foram os contratos firmados com agências de publicidade, comunicação ou marketing nesse período, com detalhamento de valores, objetos, prazos e critérios de contratação?
- b) Quais foram os resultados concretos das campanhas publicitárias realizadas, especialmente no que se refere à recuperação de receita, aumento de participação de mercado e melhoria da percepção dos serviços?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

Apresentação: 24/04/2026 13:35:40.027 - Mesa

RIC n.1001/2026

- c) Houve revisão, suspensão ou redução de gastos com patrocínios e publicidade após a constatação da deterioração financeira da empresa? Em caso negativo, justificar.
- d) Os órgãos de governança interna (conselho de administração, conselho fiscal, auditoria interna) analisaram a compatibilidade entre os gastos com patrocínios/publicidade e a situação econômico-financeira da empresa? Quais foram as conclusões?
- e) Existe política formal de patrocínios e publicidade nos Correios? Em caso positivo, encaminhar o normativo vigente e informar se houve descumprimento ou flexibilização de suas diretrizes.
- f) Foram identificadas irregularidades, falhas de governança, ausência de critérios objetivos ou possível direcionamento na concessão de patrocínios entre 2023 e 2025? Em caso positivo, detalhar as apurações em curso.

### **JUSTIFICAÇÃO**

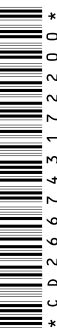
Os Correios encerraram o exercício de 2025 com prejuízo de R\$ 8,5 bilhões, valor mais de três vezes superior ao resultado negativo de R\$ 2,6 bilhões registrado em 2024, configurando o quarto ano consecutivo de déficit da empresa. Trata-se de deterioração expressiva e acelerada de sua situação econômico-financeira, com impactos diretos sobre sua capacidade operacional, sua sustentabilidade e sua função pública estratégica.

Segundo informações amplamente divulgadas pela imprensa nacional, o resultado negativo decorreu de uma combinação de fatores, incluindo aumento de despesas operacionais, crescimento significativo de passivos judiciais, provisões contábeis elevadas, queda de receita, dificuldades de caixa e necessidade de captação de aproximadamente R\$ 12 bilhões junto a instituições financeiras. Esse conjunto de elementos, isolada e conjuntamente, revela um cenário que exige análise aprofundada, técnica e institucional.

A gravidade do quadro exige atuação diligente do Parlamento. Os Correios constituem empresa pública federal de caráter estratégico, responsável pela prestação de serviços essenciais à população, especialmente



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 476 - CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Tel. (61) 3215-5772 - [dep.carolinedetoni@camara.leg.br](mailto:dep.carolinedetoni@camara.leg.br)



\* C D 2 6 6 7 4 3 1 7 2 2 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

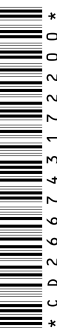
em regiões onde a atuação privada é limitada ou inexistente. Sua capilaridade e relevância econômica e social impõem o dever de acompanhamento rigoroso por parte do Poder Legislativo, sobretudo quando há indícios de deterioração estrutural de suas finanças.

O cidadão brasileiro, contribuinte e usuário dos serviços públicos, não pode ser exposto a riscos decorrentes de eventuais falhas de gestão, decisões administrativas inadequadas, passivos acumulados sem controle ou ausência de planejamento estratégico. É dever institucional verificar se o prejuízo decorre de fatores conjunturais inevitáveis ou se há elementos que indiquem falhas de governança, ineficiência administrativa, ausência de controle ou decisões que possam ter agravado o cenário financeiro da empresa.

Especial atenção deve ser conferida à evolução dos passivos judiciais e provisões contábeis, que, segundo noticiado, atingiram patamar de R\$ 6,4 bilhões em 2025. Passivos dessa magnitude não se formam de maneira abrupta, sendo imprescindível compreender sua origem, sua evolução ao longo do tempo, a existência de medidas preventivas e a eventual responsabilização por sua expansão. A adequada gestão do contencioso é componente essencial da sustentabilidade de qualquer empresa pública.

Também merece análise detalhada a operação de crédito de aproximadamente R\$ 12 bilhões contratada pela empresa, especialmente quanto às condições pactuadas, garantias oferecidas, eventual participação de instituições financeiras públicas e, sobretudo, quanto ao risco de impacto indireto sobre a União. A transparência nesse ponto é indispensável para afastar qualquer possibilidade de transferência de ônus ao erário ou à sociedade.

Adicionalmente, causa preocupação a manutenção de despesas com patrocínios, publicidade e eventos institucionais em um contexto de prejuízo bilionário e restrição financeira. Ainda que tais despesas possam possuir finalidade institucional legítima, é imprescindível avaliar sua aderência ao interesse público, sua compatibilidade com o cenário econômico da empresa e, principalmente, a existência de retorno mensurável. A ausência de critérios técnicos objetivos, de indicadores de desempenho ou de avaliação de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC**

resultados pode indicar fragilidades de governança e uso ineficiente de recursos.

A fiscalização parlamentar, neste contexto, se orienta pela necessidade de assegurar transparência, responsabilidade na gestão e proteção do interesse público. O objetivo central é esclarecer de forma completa e documentada os fatores que levaram ao agravamento do prejuízo, identificar eventuais inconsistências, avaliar a adequação das decisões adotadas e verificar se foram observados os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Os esclarecimentos ora solicitados são essenciais para permitir ao Parlamento exercer plenamente sua função de controle, bem como para fornecer à sociedade informações claras sobre a condução de uma empresa pública de grande relevância nacional. A ausência de informações detalhadas sobre um prejuízo dessa magnitude compromete a transparência e dificulta a avaliação sobre a necessidade de medidas corretivas, estruturais ou institucionais.

Diante da materialidade dos valores envolvidos, do impacto potencial sobre o contribuinte, da relevância estratégica dos Correios e da necessidade de preservação da boa governança nas empresas estatais, justifica-se plenamente o presente requerimento de informações, como instrumento legítimo de fiscalização e de proteção do interesse público.

Sala das sessões, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Deputada Caroline De Toni**  
**Partido Liberal/SC**



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 476 - CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Tel. (61) 3215-5772 - [dep.carolinedetoni@camara.leg.br](mailto:dep.carolinedetoni@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD266743172200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni

